



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
CNPJ 83.211.391/0001-10
Gabinete da Prefeita



PARECER DO CONTROLE INTERNO/2022.

Nº-128/2022 – CI/PMSDA.

Requerente: Comissão de Licitação

EDMILSON ALVES SANCHES, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Avenida Jarbas Passarinho, 77, Centro, Município de São Domingo do Araguaia, Estado do Pará, responsável pelo Controle Interno do Município de **SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA**, nomeado nos termos da **PORTARIA Nº 020/2021**, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará-TCM/PA, nos termos do §1º do Art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 fevereiro de 2014, que analisou integralmente o **1º Termo Aditivo dos contratos nº 20220194, 20220195, 20220196 e 20220198, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE COMPUTADORES, SCANNERS E IMPRESSORAS, PEREIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, BEM COMO A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES CABEADAS E WIRELLES A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA/PA., SECRETARIAS E FUNDOS.**

CONTRATADA: ISM - SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI.

APRECIÇÃO:

Chegou a esta Diretoria do Controle Interno, para manifestação de visibilidade de parecer a legalidade de Aditivo Contratual aos **contratos nº 020220194, 20220195, 20220196 e 20220198, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE COMPUTADORES, SCANNERS E IMPRESSORAS, PEREIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, BEM COMO A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES CABEADAS E WIRELLES A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA/PA., SECRETARIAS E FUNDOS.**

Trata-se de procedimento de Aditivo de prazo aos contratos Administrativo nº **020220194, 20220195, 20220196 e 20220198**, referente ao **Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 9/2022-24/PMSDA**, conforme diploma legal, Art. 57, Inciso I, da Lei 8.666/93, com **VIGÊNCIA: 30/12/2022 A 31/12/2023.**



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
CNPJ 83.211.391/0001-10
Gabinete da Prefeita



Nos autos do processo consta os Ofícios nº 789/2022 do Secretário Municipal de Administração, Ofício nº 596/2022-SEMED (Secretária Municipal de Educação), Memorando nº 789/202-SMS (Secretária Municipal de Saúde), Ofício nº 0039/2022-SEMMA (Secretário Municipal de Meio Ambiente), todos solicitando autorização para realização dos aditivos de prazo contratual aos contratos nº **020220194, 20220195, 20220196 e 20220198**, Despacho ao Ilmo. Sr. Procurador do Município, solicitando parecer Jurídico referente aos processos de aditivos de alteração de prazo aos contratos, acima descritos, **PARECER JURÍDICO AO 1º TERMO ADITIVO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 020220194, 20220195, 20220196 e 20220198**, Despacho ao Controlador Interno, **AUTORIZAÇÃO** da Excelentíssima Sra. Prefeita a elaboração dos respectivos Termos Aditivos.

No dia 28 de dezembro de 2022, a procuradoria Jurídica emite parecer concluindo pela **LEGALIDADE DA VIABILIDADE DE PRORROGAÇÃO AOS CONTRATOS, AO 1º TERMO DE ADITIVO** dos contratos Administrativos nº **020220194, 20220195, 20220196 e 20220198**. Portanto, não se verificam óbices jurídicos à formalização do respectivo aditivo contratual.

Consta também, despacho do dia 29 de dezembro de 2022 da Excelentíssima Senhora Prefeita ao Diretor do Controle Interno, solicitando emissão de Parecer desta Unidade sobre a legalidade do Termo Aditivo de prorrogação contratual aos **Contratos Administrativos nº 020220194, 20220195, 20220196 e 20220198**, para o Objeto: Acima descrito, para a Contratada: **ISM - SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI**.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO TERMO ADITIVO

O procedimento dos Aditivos Contratual, está amparado legalmente o que determina a Lei de Licitação nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Art. 57, Inciso I.

CONCLUSÃO:

Esta Diretoria do Controle Interno – DCI, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos autos procedimentais, conclui-se, que com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93, e demais instrumentos legais correlatos, declaro, ainda, que o referido processo se encontra, legalmente amparado pela Lei acima supracitada. Diante do interesse público devidamente justificado, o Controle Interno do Município de São Domingos do Araguaia/Pa., emite **PARECER FAVORAVEL aos 1º Termo Aditivos de Prorrogação aos Contratos nº 020220194, 20220195, 20220196 e 20220198**, com vigência de 30/12/2022 a 31/12/2023 e que os mesmos sejam dados publicidade.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
CNPJ 83.211.391/0001-10
Gabinete da Prefeita



Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas a comprovação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

É o parecer.

SMJ.

São Domingos do Araguaia (PA), 29 de dezembro de 2022.

Edmilson Alves Sanches
Diretor do Controle Interno
Portaria nº 020/2021 – GP/DAS